



# Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - Eletrocar

CNPJ 88.446.034/0001-55 - I.E.025/0053039

## Relatório da Administração

### Senhores Acionistas:

A administração da CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S.A. - ELETROCAR apresenta a Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas e Demonstrativos adicionais, dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração, bem como um resumo das principais atividades desenvolvidas pela empresa contidos no Relatório da Administração, relativos ao exercício social de 2023.

### Área de concessão e atuação

A Eletrocar atende os municípios de Carazinho, Chapada, Coqueiros do Sul, Santo Antônio do Planalto e Almirante Tamandaré do Sul nas áreas urbanas e rurais e nos municípios de Colorado e Selbach, somente a área urbana. Sua sede está localizada no município de Carazinho, região norte do estado do Rio Grande do Sul, distante 290 km da capital, Porto Alegre, pela BR 386. A Eletrocar é uma empresa concessionária dos serviços públicos de energia elétrica, tendo sua concessão de distribuição estabelecida com a Agência Nacional de Energia Elétrica-Aneel, até 07/07/2045 conforme 4º aditivo ao contrato de nº 084/2000 de 18/10/00.

### Mercado

A ELETROCAR atende em sua área de concessão um total de 39.865 consumidores, apresentando um crescimento de 1,00% em relação a 2022 com incremento de 396 novos consumidores, já o consumo em MWh teve um aumento de 2,19% no mesmo período.

Mercado/Classes	MWh			Nº Consumidores		
	2023	2022	Var %	2023	2022	Var %
Residencial	73.729	69.469	6,13	31.593	31.205	1,24
Industrial	56.438	57.124	(1,20)	159	156	1,92
Comercial	45.779	43.569	5,07	3.994	3.919	1,91
Rural	22.329	23.768	(6,05)	3.647	3.687	(1,08)
Outros	16.433	16.177	1,58	472	497	(6,97)
<b>Total</b>	<b>214.708</b>	<b>210.107</b>	<b>2,19</b>	<b>39.865</b>	<b>39.469</b>	<b>1,00</b>

### Investimentos

Imobilizações/R\$ do ano	2023	2022	2021
Redes de Distribuição	5.676.064	4.034.261	3.973.100
Linhas de Transmissão	-	-	-
Subestações	211.569	14.663	2.934
Terrenos/Edificações	288.466	-	8.379
Medidores/Tele medição	818.718	1.215.600	1.107.204
Veículos	-	2.047.856	772.661
Equipamentos	116.023	407.669	891.667
<b>Total das Imobilizações</b>	<b>7.110.840</b>	<b>7.720.049</b>	<b>6.755.945</b>

### Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro - Valores em milhares de Reais

Ativo	Legislação Societária		Passivo	Legislação Societária	
	NE	2023		NE	2023
<b>Circulante</b>	<b>31.459</b>	<b>37.497</b>	<b>Circulante</b>	<b>36.542</b>	<b>41.455</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.1	1.402	Fornecedores	7.13.1	8.786
Consumidores	7.2	14.829	Empréstimos e Financiamentos	7.13.6	2.564
Serviços em Curso	7.3	522	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.13.3	2.044
Tributos a Compensar	7.4	590	Tributos	7.13.2	5.434
Depósitos Judiciais e Cauções	7.5	-	Dividendos Declarados	7.13.2	55
Ativos Financeiros Setoriais	7.6	2.492	Encargos Setoriais	7.13.4	602
Investimentos temporários	7.7	-	Passivos Financeiros Setoriais	7.6	8.387
Créditos a Receber	7.8	5.986	Outras Obrigações	7.13.5	6.505
Estoques	7.9	5.496	Provisões Passivas	7.13.7	2.165
Despesas Antecipadas	7.10	142	<b>Não Circulante</b>	<b>21.000</b>	<b>33.209</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>92.330</b>	<b>100.226</b>	Empréstimos e Financiamentos	7.13.6	1.228
Consumidores	7.2	3.011	Tributos	7.13.2	1.989
Investimentos temporários	7.7	52	Passivo Financeiros Setoriais	7.13.7	1.779
Tributos a Compensar	7.4	13.611	Outras Obrigações	7.13.7	5.903
Depósitos Judiciais e Cauções	7.5	50	Provisões Passivas	7.13.7	10.101
Ativos Financeiros da Concessão	7.12	3.963	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>66.247</b>	<b>63.059</b>
Outros Créditos	7.11	212	Capital Realizado Atualizado	7.14.1	35.000
<b>Total do Ativo</b>	<b>123.789</b>	<b>137.723</b>	Reservas de Capital	7.14.2	163
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	7.14.3	20.926
			Reservas de Lucros	7.14.4	10.158
			<b>Total do Passivo</b>	<b>123.789</b>	<b>137.723</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31/12/23 e 31/12/22 - Valores em milhares de Reais

Saldos em 31/12/21 (R\$)	Capital	Reserva	Ajuste	Reserva	Lucros/	Total
	Realizado	de Capital	Patrimonial	de Lucros	Prejuízos	
Aumento Capital Social	14.430	-	(2.714)	(30)	-	11.686
Realização/Ajustes de reservas	-	32	(2.714)	(30)	247	(2.465)
Lucro do exercício	-	-	-	-	3.639	3.639
Distribuição Dividendos/JCP	-	-	-	(3.976)	-	(3.976)
Destinações propostas a AGO:	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	316	(316)	-
Reserva de Lucros	-	-	-	3.570	(3.570)	-
<b>Saldos em 31/12/22 (R\$)</b>	<b>35.000</b>	<b>102</b>	<b>22.340</b>	<b>5.617</b>	<b>-</b>	<b>63.059</b>
Aumento Capital Social	-	-	-	-	-	-
Distribuição Dividendos/JCP	-	-	-	(925)	-	(925)
Realização/Ajustes de reservas	-	61	(1.414)	864	(489)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	4.621	4.621
Destinações propostas a AGO:	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	231	(231)	-
Reserva de Lucros	-	-	-	4.371	(4.390)	(19)
<b>Saldos em 31/12/23 (R\$)</b>	<b>35.000</b>	<b>163</b>	<b>20.926</b>	<b>10.158</b>	<b>-</b>	<b>66.247</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

### Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

**1. Contexto operacional:** A Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - ELETROCAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho no estado do Rio Grande do Sul. É uma concessionária de energia elétrica tendo como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia. Atualmente a empresa desenvolve as atividades de distribuição de energia elétrica, sendo atendidos sete municípios da área de concessão, com 39.865 consumidores. A sua sede administrativa está localizada na cidade de Carazinho, na região norte do estado do Rio Grande do Sul. A maior parte da receita é oriunda do fornecimento de energia elétrica e de suas atividades inerentes e acessórias. Tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica que tem por objetivo a exploração do serviço público de energia elétrica. Atualmente a Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica. **2. Concessão:** Contratos de Concessão assinados com o órgão do poder concedente ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

**Data Contrato** 18/10/2000 **nº Aditivo** 084/2000 **Data Concessão** 07/07/2045

Através do Decreto 8.461 de 02/06/15 foi regulamentada a renovação das concessões cujos contratos de distribuição venceram em 07/07/15. Através do Despacho do MME de 09/11/15 foi autorizado a Eletrocar proceder a renovação da concessão. Assim sendo em 09/12/15 foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de distribuição nº 084/2000 junto a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador, cuja renovação tem prazo de trinta anos, vencendo em 07/07/2045. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária. Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da concessionária sem anuência prévia do poder concedente. O novo aditivo ao contrato traz cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço ao final da concessão, bem como metas a serem cumpridas para a continuidade da concessão. **3. Reajuste tarifário anual e revisão periódica:** No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, os custos gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustados pelo Fator X. A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária é julho de 2027. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modernidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. **4. Apresentação:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária, Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e em particular os padronizados pelo "Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSE" e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, versão 2022, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Homologatória 933 de 18 de maio de 2021 e do Despacho 2.904 de 17 de setembro de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis societárias. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias. As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site www.eletoacar.com.br a partir de 30 de abril de 2024. De acordo com a Instrução Contábil 6.3.14 do Manual de Contabilidade, às Obrigações Especiais vinculadas a Concessão estão sendo apresentadas como reductora do ativo imobilizado. A Concessionária adotou as normas, pronunciamentos, interpretações e orientações

Valores Adicionados por atividade	2023	2022	2021
Distribuição	7.013.061	7.321.332	6.208.304
Administração	97.779	398.717	547.641
<b>Total das Imobilizações</b>	<b>7.110.840</b>	<b>7.720.049</b>	<b>6.755.945</b>

### Desempenho Econômico Financeiro

#### Receita operacional:

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$156.773 mil em 2023 ante R\$160.426 em 2022, um recuo de 2,28%.

A receita de fornecimento de energia elétrica faturada foi de R\$121.816 mil em 2023 ante R\$128.267 mil em 2022 tendo uma redução de 5,03%

#### Despesas operacionais e deduções a receita:

As despesas operacionais totalizaram R\$101.582 mil em 2023 ante R\$96.521 mil em 2022, com um aumento de 5,24%.

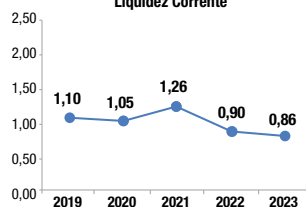
#### Endividamento:

Neste exercício, o endividamento líquido passou de R\$7.710 mil em 2022, para R\$6.960 mil em 2023, tendo uma redução de R\$750 mil, representando 10,77%, tendo seu reflexo no pagamento de dívidas de curto prazo.

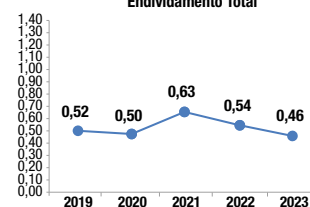
**Resultado Líquido:** Em 2023, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$4.620 mil, ante um lucro de R\$6.322 mil, em 2022, tendo uma redução de 26,92%.

Resumo da Demonstração do Resultado	2023	2022	Variação %
Receita das operações	156.774	160.426	(2,28)
Deduções a receita	(49.594)	(56.790)	(12,67)
Custo com energia elétrica	(66.531)	(62.593)	6,29
Demais despesas operacionais	(35.051)	(33.929)	3,31
<b>Resultado Operacional do Serviço Público</b>	<b>5.598</b>	<b>7.114</b>	<b>(21,32)</b>
Resultado financeiro	(1.709)	(245)	597,40
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>3.889</b>	<b>6.869</b>	<b>(43,39)</b>
I. renda e contribuição social	(2.050)	(3.230)	(36,55)
Reversão juros Capital próprio	2.782	2.683	3,67
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.620</b>	<b>6.322</b>	<b>(26,92)</b>

### Liquidez Corrente

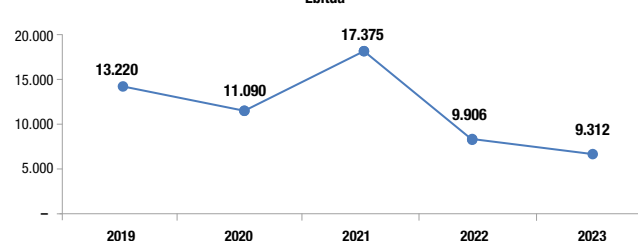


### Endividamento Total



EBITDA	2023	2022
Lucro Líquido antes IR/CS	4.620	6.322
Impostos	2.050	3.230
Reversão Juros JCP	(2.782)	(2.683)
Redito financeiro	1.709	245
(+) Depreciação/Amortização	3.715	2.791
<b>Ebitda</b>	<b>9.312</b>	<b>9.905</b>

### Ebitda



### Demonstração do Resultado do Exercício

Findo em 31 de Dezembro - Valores em milhares de Reais

	Legislação Societária	
	NE	2023
<b>Receita Operacional</b>	<b>156.774</b>	<b>160.426</b>
Fornecimento de energia elétrica	121.816	128.266
Subsídios tarifários	11.150	15.481
Suprimento - CCEE	6	212
Receitas de compensação tarifária	12.129	6.738
Receita construção de infraestrutura concessão	6.479	6.481
Outras receitas	5.194	3.248
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>49.594</b>	<b>56.790</b>
Taxas regulamentares	19.954	23.118
ICMS	17.224	21.250
COFINS/PASEP/ISS	12.416	12.422
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>107.180</b>	<b>103.636</b>
<b>Custos Operacionais</b>	<b>101.582</b>	<b>96.521</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>73.010</b>	<b>69.074</b>
Energia elétrica comprada para revenda	44.167	41.524
Encargos de transmissão, conexão	20.051	18.404
Encargos e demais despesas setoriais	2.313	2.665
<b>Custos de operação</b>	<b>28.572</b>	<b>27.447</b>
Pessoal	15.601	14.465
Material	1.251	1.090
Serviços de terceiros	3.687	3.390
Depreciação e amortização	3.715	2.791
Provisões	1.266	2.558
Outras despesas	3.052	3.153
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>5.598</b>	<b>7.115</b>
Receita financeira	5.786	6.705
Despesa financeira	(7.21)	(7.495)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.709)</b>	<b>(245)</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>3.888</b>	<b>6.870</b>
Reversão juros capital próprio	2.782	2.683
<b>Lucro antes impostos</b>	<b>6.670</b>	<b>9.553</b>
Contribuição social	(563)	(883)
Imposto de renda	(1.487)	(2.348)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>4.620</b>	<b>6.322</b>
Lucro p/Ação do Capital Social (R\$)	2,89	3,96

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em todos os períodos apresentados. Os efeitos da adoção das IFRS estão apresentados em notas explicativas. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas nos Despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômico-Financeira da ANEEL. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A moeda funcional da empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05): Essa interpretação prevê que a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com os modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são os modelos de Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e modelo Bifurcado. Na geração e na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo "bifurcado" em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: pelo poder concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica. **5. Práticas Contábeis Específicas do Setor: 5.1 - Plano de Contas -** A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSE), o qual é instituído por Resolução da ANEEL. **5.2 - Ativos e passivos regulatórios -** A CVA - Compensação de Variação dos Itens da Parcela - A, ativos e passivos regulatórios, são despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente ou receitas não incluídas na tarifa. São apropriados ao resultado a medida em que, a receita ou despesa correspondente for faturada. Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto Básico da Competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos contábeis. **5.3 - Ativo imobilizado e depreciação -** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, e estão deduzidos da depreciação acumulada. Bens e instalações são cadastrados e controlados

### Demonstração dos Fluxos de Caixa do Período

Findo em 31 de Dezembro - Valores em milhares de Reais

	Legislação Societária	
	2023	2022
<b>Atividades Operacionais:</b>	<b>1.839</b>	<b>3.639</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.620</b>	<b>6.322</b>
<b>Despesas/receitas que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação/amortização	3.715	2.791
Baixas ativo intangível	(1.165)	

→ continuação

## Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - Eletrocar -

CNPJ 88.446.034/0001-55 - I.E.025/0053039

pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço. A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução ANEEL 674/15 da Aneel. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta resolução. Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais. Em função do disposto na IG 36 do Plano de Contas, os juros e encargos financeiros relativos a financiamentos, quando efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados como custo neste subgrupo. **5.4 - Obrigações especiais vinculadas à concessão** - são registradas pelos valores recebidos de consumidores e órgãos públicos para a realização de obras necessárias ao atendimento de fornecimento e estão vinculadas ao imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica. **5.5 - Reserva de avaliação** - A reserva de avaliação está representada pelo registro das avaliações regulatórias compulsórias, com base nas Revisões Tarifárias Periódicas, cuja contrapartida está vinculada aos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem e das Obrigações Especiais. Sua movimentação ocorre pela baixa dos bens que a geraram, bem como pelos encargos de depreciação. **6. Práticas Contábeis Gerais: 6.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa** - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos originais de 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **6.2 - Consumidores, Contas a receber de clientes e outros** - estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. **6.3 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa** - é constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber. **6.4 - Estoques** - estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. **6.5 - Cauções e Depósitos Vinculados** - referem-se a garantias prestadas, para atendimento as exigências legais, vinculados a processos judiciais. **6.6 - Receitas de fornecimento de energia elétrica** - são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida. **6.7 - Fomento de energia elétrica não faturado** - até 31/12/2023 foi contabilizado com base no regime de competência considerando o número de dias decorridos desde a última leitura até o último dia do mês, com base no consumo da última fatura e estão demonstrados na conta Consumidores. **6.8 - Receita e Custo de Construção** - O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 - Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão). A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a "zero", considerando que: - A atividade-fim da Concessionária é a distribuição de energia elétrica; - Toda a receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura sua atividade-fim. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas no Ativo Intangível em curso é transferida para o resultado, como receita e custo de construção. **6.9 - Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE** - São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08. **6.10 - A provisão sobre as férias vencidas e/ou proporcionais: 1/3 Salário e 1/3 sobre Férias** - estão apresentados na conta "Obrigações Sociais e Trabalhistas" no Passivo Circulante. **6.11 - Ativo Financeiro - Indenizável (concessão)** - refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da companhia. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC-01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão. **6.12 - Ativos Intangíveis** - Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequentemente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo da concessão. Estão em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (contratos de Concessão) e OCPC 05 (contratos de Concessão). Os contratos de concessão têm vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **6.13 - Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social** - é calculada conforme legislação vigente, sobre lucro real anual, e reconhecido o diferimento em função de diferenças intertemporais. **6.14 - Despesas pagas antecipadamente** - são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridas. **6.15 - Aplicações Financeiras** - estão demonstradas ao custo da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço. **6.16 - PIS/COFINS** - A tributação nas receitas, é pela não cumulatividade, estando sujeitas as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,60% para a Cofins. **6.17 - Ajuste de Avaliação Patrimonial** - A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançados na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R4), que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado o trabalho técnico específico. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos. **6.18 - Empréstimos e financiamentos** - As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorporadas até a data dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos. **6.19 - Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações referentes a bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Contempla, principalmente, os saldos a pagar relativos a aquisição de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica. **6.20 - Encargos setoriais** - São obrigações a recolher, derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica, estabelecidos em lei federal e normatizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. **6.21 - Dividendos** - A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído

à título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as compensações de prejuízos acumulados e as devidas destinações legais, a Companhia registra provisões equivalentes ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido. **6.22 - Provisões** - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. **6.23 - Demais direitos e obrigações** - Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais e estão corrigidos com base nos Índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. **6.24 - Questões ambientais** - A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. As demandas correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. **6.25 - Transações entre partes relacionadas** - As transações de compra e venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos. **6.26 - Demonstrações do valor adicionado** - A Empresa incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. **6.27 - Apuração do resultado** - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **7. Notas Explicativas: 7.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

**7.2 - Consumidores - Contas a Receber**

	Créditos a Receber		Total
	Vin- dos	Venci- das até	
Consumidores	2023	2022	
Residencial	1.367	1.000	5.496
Industrial	528	32	174
Comércio e serviços	1.626	228	365
Rural	900	173	51
Poder público	213	4	217
Iluminação pública	192	103	295
Serviço público	330	—	330
Consumidor livre	1.193	—	1.193
Serviço taxado e outros	936	85	190
(-) Arrecadação	—	—	—
proc. classificação	(132)	—	(132)
Enc. capacidade emergencial	—	3	3
Renegociação/parcelamento	500	270	304
Não faturado	2.927	—	2.927
Participação financeira cons.	44	6	50
<b>Subtotal</b>	<b>12.386</b>	<b>2.262</b>	<b>2.093</b>
(-) Crédito líq. duvidosa	—	—	(1.912)
<b>Total Consumidores</b>	<b>12.386</b>	<b>2.262</b>	<b>181</b>

• Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso. **7.2.1 - Parcelamentos:** Parcelamento de débitos de consumidores referem-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores. Com base na melhor estimativa da Administração, para os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa. **7.2.2 - Receita não faturada:** Correspondente ao período não lido do fornecimento de energia elétrica é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida. **7.2.3 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais, poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Residencial	1.099	1.103	174	172
Industrial	387	394	41	43
Comercial	211	211	—	—
Rural	192	103	—	—
Outros	213	4	—	—
<b>Total</b>	<b>1.912</b>	<b>1.923</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

**7.3 - Serviços em Curso:** Referem-se aos custos dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE em andamento, apurados através de Ordem de Serviço - ODS, sendo:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Composição	2023	2022	2023	2022
Pesquisa e desenvolvimento	—	—	—	—
Eficiência energética	522	—	20	26
Outros	20	26	—	—
<b>Total</b>	<b>522</b>	<b>26</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

**7.4 - Tributos a Compensar:** A empresa, por força de determinações legais teve e/ou procedeu retenções/antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais.

	Circulante		Não Circulante	
	2023	2022	2023	2022
Impostos	323	218	493	372
ICMS - compras do ativo imobilizado	267	437	(171)	(119)
ICMS - Subvenções consumidores	—	—	13.289	21.835
PIS/COFINS	—	2	—	—
Imposto de Renda/Contribuição Social	590	657	13.611	22.088
<b>Total</b>	<b>980</b>	<b>727</b>	<b>14.222</b>	<b>24.194</b>

• ICMS compras do ativo imobilizado: refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores. • ICMS sobre subvenções consumidores: refere-se a cobrança de ICMS pelo Estado do Rio Grande do Sul, sobre as subvenções tarifárias recebidas. • Imposto de renda retido na fonte e contribuições: originado basicamente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras e do fornecimento de energia elétrica aos órgãos públicos, serão compensados com as antecipações mensais de IRPJ e Contribuição Social. • Imposto de

renda e contribuição social: O saldo de imposto de renda e contribuição social, refere-se a valores pagos na modalidade estimativa a maior, a serem compensados com os impostos devidos. • PIS/COFINS, créditos da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS conforme processo Judicial 5000174-80.2012.4.04.7104/RS, com trânsito em julgado em 20/10/20 e Despacho Decisório RFB nº 1268 em 23/07/21 no valor atualizado de R\$35.103.644,20. Valor original no período de 02/2007 a 10/2020 de R\$23.734.642,54. Os valores compensados de julho de 2021 a dezembro de 2023 foram de R\$30.297.735,32. **7.5 - Depósitos Judiciais e Cauções:** Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	Circulante		Não Circulante	
	2023	2022	2023	2022
Depósitos	—	—	—	—
Ações civis	—	—	—	—
Ações trabalhistas	—	—	50	66
<b>Total</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>50</b>	<b>66</b>

**7.6 - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais:** A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

	CVA 2023		CVA 2022	
	Ativa	Passiva	Ativa	Passiva
Composição	2023	2022	2023	2022
Custo de aquisição de energia	157	372	(215)	3.225
Prolínia	6	160	(154)	426
Transporte energia - rede básica	1.135	17	1.118	842
Transporte energia - Itaipu	247	—	247	253
Conta de desenvolvimento energético - CDE	109	49	60	2.201
Encargos de Serviço - ESS	13	224	(211)	850
Neutralidade da parcela A	367	766	(399)	782
Sobrecontratação de energia	370	—	370	234
Devoluções tarifárias	—	6.621	(6.621)	—
Outros	—	178	(178)	—
<b>Total</b>	<b>2.404</b>	<b>8.387</b>	<b>(5.983)</b>	<b>8.813</b>

	Circulante		Não Circulante	
	2023	2022	2023	2022
Ativos e Passivos regulatórios	2023	2022	2023	2022
Ativos	—	—	—	—
Ativos regulatórios - em recuperação	1.474	6.731	—	—
Ativos regulatórios - em formação	930	2.082	—	—
(-) Amortização conta Covid	—	—	—	—
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.404</b>	<b>8.813</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Passivos	—	—	—	—
Passivos regulatórios - em recuperação	6.859	14.284	—	—
Passivos regulatórios - em formação	1.528	855	—	—
(-) Amortização conta Covid	—	—	—	—
<b>Total do Passivo</b>	<b>8.387</b>	<b>15.139</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Líquido</b>	<b>(5.983)</b>	<b>(6.326)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

• Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado na legislação e disposições da Aneel. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros da Selic. • Dos valores constantes nos itens Devoluções tarifárias e Passivos regulatórios em recuperação, R\$5.765 (R\$11.380 em 2022) se referem aos créditos de PIS/COFINS que

**7.12 - Ativo Intangível e Financeiro: 7.12.1 - Pela formação/Natureza**

	Intangível		Ativo Financeiro		Avaliação		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Formação	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Intangíveis	4	—	2.664	2.664	1.495	1.498	4.163	4.162
Terrenos	284	—	17	17	2.446	2.446	2.747	2.463
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.040	1.115	3	3	432	457	1.475	1.575
Máquinas e equipamentos	47.229	45.960	5.571	4.596	30.262	32.351	83.062	82.907
Veículos	2.096	2.506	—	—	21	23	2.117	2.529
Móveis e utensílios	21	95	—	—	14	17	35	112
Em curso	1.191	1.124	—	—	—	—	1.191	1.124
<b>Total</b>	<b>51.865</b>	<b>50.800</b>	<b>8.255</b>	<b>7.280</b>	<b>34.670</b>	<b>36.792</b>	<b>94.790</b>	<b>94.872</b>
(-) Obrigações especiais	(5.323)	(4.731)	(4.292)	(4.292)	(13.744)	(14.452)	(23.359)	(23.475)
<b>Total</b>	<b>45.542</b>	<b>46.069</b>	<b>3.963</b>	<b>2.988</b>	<b>20.926</b>	<b>22.340</b>	<b>71.431</b>	<b>71.397</b>

• A agência reguladora, Aneel, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro). • Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

	2023		2022	
	Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ativo Imobilizado	2023	2022	2023	2022
Em serviço	—	—	—	—
Distribuição	94.095.949,29	—	33.015.582,41	61.080.366,88
Custo histórico	55.301.550,80	—	23.083.414,19	32.218.136,61
Reavaliação	—	—	—	—
Administração	4.847.865,16	—	3.036.572,41	1.811.292,75
Custo histórico	3.649.622,10	—	1.197.441,82	2.452.180,28
Reavaliação	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>157.894.987,35</b>	<b>—</b>	<b>60.333.010,83</b>	<b>97.561.976,52</b>
<b>Em curso</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Distribuição	—	—	1.184.962,65	1.124.974,18
Administração	—	—	5.876,75	—
<b>Total</b>	<b>157.894.987,35</b>	<b>—</b>	<b>60.333.010,83</b>	<b>98.752.815,92</b>
<b>Transferências</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Saldo inicial em 01/2023</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Adição</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Baixas</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Saldo final em 12/2023</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

**EVOLUÇÃO PATRIMONIAL - VOC**

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Em serviço	2023	2022	2023	2022
Intangíveis	3.590.785,20	4.265,66	—	—
Terrenos	17.078,4			



2022		2023		2023		2023	
Consumidores Residenciais - B1	Baixa tensão - em média	Alta tensão - em média	Efeito médio para o consumidor	Consumidores Residenciais - B1	Baixa tensão - em média	Alta tensão - em média	Efeito médio para o consumidor
(2,82%)	(2,82%)	(8,21%)	(4,24%)	9,15%	10,16%	4,63%	8,72%

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração da Eletrocar na 5ª revisão tarifária periódica

Descrição	Valor
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	139.151.254
(2) Índice de Aproveitamento Integral	—
(3) Obrigações Especiais Bruta	32.688.137
(4) Bens Totalmente Depreciados	18.825.085
<b>(5) Base de Remuneração Bruta</b>	<b>87.638.031</b>
(17) Taxa de Depreciação	3,51%
<b>(18) Quota de Reintegração Regulatória</b>	<b>3.076.095</b>

**Base de Remuneração Líquida e Remuneração do Capital (RC)**

Descrição	Valor
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	139.151.254
(6) Depreciação Acumulada	53.101.456
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	86.049.797
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	—

## Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - Eletrocar -

CNPJ 88.446.034/0001-55 - I.E.025/0053039

**7.22 - Seguros:** A Companhia mantém cobertura securitária patrimonial e da frota de veículos, garantindo a terceiros cobertura de danos pessoais e materiais, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades.

**Bens Segurados**

Vigência	Vlr. segurado
2022	2023

Tabela Fipe Patrimonial (incêndio/danos elétricos/vendaval) 21/06/22 a 21/06/23 21.710.000,00

**7.23 - Participação de Resultados:** Consta em cláusula de dissídio coletivo, porém ainda não foi implantado o programa de participação dos empregados nos resultados da empresa.

**7.24 - Instrumentos Financeiros:** Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/23 e 31/12/2022 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados no exercício.

**7.25 - Aliquotas PIS/COFINS:** Até junho de 2005 as alíquotas de PIS e Cofins eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em ativo regulatório. A partir da tarifa de 29 de junho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor pela alíquota efetiva.

**7.26 - Transações com Partes Relacionadas:** Quanto às transações entre partes relacionadas, as transações de compra e venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em

condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

**7.27 - Remuneração dos Administradores:** A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembleia Geral.

**7.28 - Plano de Previdência e Outros Benefícios aos Empregados:** A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale alimentação, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida, incentivo educacional, auxílio acidente trabalho.

**7.29 - Questões Ambientais:** A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as consequências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais.

**7.30 - Revisão Tarifária Periódica - RTP:** A revisão tarifária é realizada a cada 5 anos e está prevista no contrato de concessão e tem como objetivo reposicionar as tarifas para assegurar a remuneração dos investimentos prudentes e cobertura dos custos operacionais eficientes, de modo a proporcionar um serviço de qualidade aos consumidores. De acordo com o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 084/2000, firmado entre a ANEEL e a Distribuidora em 09 de dezembro de 2015, a próxima Revisão Tarifária periódica da Empresa ocorrerá na data de 22 de julho de 2027. Nos períodos entre as revisões são realizados os reajustes tarifários. A 5ª Revisão Tarifária Periódica - RTP da ELETROCAR ocorreu em 22 de julho de 2022 e o reajuste tarifário - RTA em 2023, teve a seguinte recomposição tarifária:

2023 foram de R\$15.600.983,96 e em 2022 foi de R\$14.465.394,57, tendo um aumento de 7,85%.

**Custos com Energia Elétrica:** Os custos com energia elétrica foram de R\$66.530.856,05 em 2023 e R\$62.592.852,53 em 2022, tendo uma redução de 6,29%. A compra de energia para revenda foi de R\$32.771.589,33 em 2023 e de R\$34.144.918,96 em 2022, tendo uma redução de 4,02%. A geração distribuída, teve um aumento de 13,74%, sendo R\$14.743.630,36 em 2023 e R\$10.846.590,84 em 2022 (126,19%). O Proinfra teve um aumento de 13,74% sendo de R\$2.374.620,72 em 2023 e R\$2.752.850,04 em 2022 (61,96%). Os Encargos de Uso do Sistema e Conexão foram de R\$18.006.752,77 em 2023 e R\$15.047.948,41 em 2022, tendo uma variação de 19,66%. Os créditos gerados de PIS/COFINS sobre os custos com energia elétrica foram de R\$4.890.732,69 em 2023 e de R\$4.665.332,41 em 2022 tendo um aumento de 4,83%.

**Material e Serviço de Terceiro:** As despesas foram de R\$4.937.635,06 em 2023 e de R\$4.479.995,71 em 2022, tendo um aumento de 10,22%.

**Provisões e reversões:** As provisões para prováveis perdas foram negativas em R\$2.557.713,01 em 2023 e de R\$2.557.713,01 em 2022, tendo uma variação negativa de 50,49%.

**Demais Despesas Operacionais:** As demais despesas operacionais, exceto depreciações e provisões, foram de R\$3.052.184,26 em 2022 e R\$3.153.081,07 em 2022, tendo uma variação negativa de 3,20%.

**Receita Financeira:** As receitas financeiras atingiram o valor de R\$5.785.819,72 e R\$6.705.111,81 em 2022 tendo uma variação negativa de 13,71%.

**Despesas Financeiras:** As despesas financeiras foram de R\$7.494.778,17 em 2023 e R\$6.950.159,88 em 2022, tendo uma variação de 7,84%.

**Lucro Operacional da Atividade:** O lucro operacional da atividade foi de R\$5.597.386,64 em 2023 e de R\$7.114.263,42 em 2022, tendo uma variação negativa de 21,32%.

**Capital Circulante Líquido:** O Capital Circulante Líquido foi negativo em R\$5.083.408,76 em 2023 e R\$3.958.309,45 em 2022 tendo uma variação de 28,42%.

**Lucro Bruto do Exercício:** O lucro bruto do exercício antes da reversão dos juros sobre o capital próprio foi de R\$3.888.428,19 em 2023 e R\$6.869.215,42 em 2022.

**Lucro Líquido do Exercício:** O lucro líquido do exercício foi de R\$4.620.333,04 e R\$6.321.977,20 em 2022.

**EBITDA:** Lucro da atividade excluída as depreciações, em 2023 foi de R\$9.312.493,79 e R\$9.905.722,64 em 2022.

Coeficiente	Fórmula	2023	2022
Liquidez Geral	A.Circ.+Realiz.L/P P.Circ.+Exig.L/P	0,91	0,89
Endividamento total	Exigibilidades Total Ativo Total	0,46	0,54
Retorno do Capital	Lucro Líquido Patrimônio Líquido	0,07	0,10
Razão Operacional	Despesa Operacional Receita Líquida	0,95	0,93
Capital Fixo Aplicado	Ativo Permanente Ativo Total	0,58	0,52
Despesa Pessoal x Receita Líquida	Despesa Pessoal Receita Líquida	0,15	0,14
Energia Comprada x Receita Líquida	Compra Energia Receita Líquida	0,68	0,67
EBITDA	Lucro Exercício + Depreciação	9,312	9,906

**7.32 - Governança:** O Plano de Negócios da Eletrocar levou em consideração a estratégia pela sobrevivência, como forma de enfrentamento da crise financeira da companhia, sendo que vem sendo tomadas medidas concretas no sentido de manter a saúde financeira da companhia, bem como a tomada de decisões pautadas pela eficiência/eficácia/economicidade e desburocratização nos atos administrativos. Estes itens, no que envolve a Carta Anual da Governança, passam a ser acompanhados pelos indicadores de sustentabilidade. Com relação à estrutura societária da companhia, não estão previstas alterações na composição societária.

**7.33 - Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS:** Conforme processo 5000174-80.2012.4.04.7104 - TRF4, com sentença em trânsito em julgado em outubro de 2020, determinando o cálculo com base no ICMS destacado em nota fiscal, porém a receita Federal quer reconhecer apenas o ICMS sobre o saldo devedor, conforme entendimento COSIT 013/2018. A empresa habilitou o valor de R\$35.103.644,20 conforme pedido em 15/07/21 e Despacho decisório da RFB em 23/07/21. Foram compensados de julho 2021 a dezembro de 2022 o valor de R\$17.724.890,96, restando um saldo atualizado de R\$20.638.203,82.

**7.34 - Aporte de Capital:** Conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 1ª, III e cláusula 4ª do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 084/2000-ANEEL, havendo necessidade, o sócio Controlador deverá aportar recursos sob forma de integralização do Capital Social, em Caixa ou Equivalentes de Caixa, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira da Concessionária.

**7.35 - Compra de energia:** A partir de julho de 2019 a empresa começou a comprar energia elétrica no mercado livre junto a CCEE, de aproximadamente 92% do mercado próprio, conforme chamada pública 018/02 de 19/04/18. Os diretores da Companhia declaram que examinarão, discutirão e revisarão todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Carazinho/RS 31 de dezembro de 2023

Jonas Lampert - Presidente - CPF 948.755.290-15	João Carlos Algayer - Diretor Administrativo e Financeiro - CPF 471.761.800-91	Rui Luiz Toso - Contador - CRC/RS 40.629 - CPF: 273.968.430-49
---	--	--

**Parecer do Conselho Fiscal**

Senhores Acionistas: Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S/A - Eletrocar, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Demais Demonstrativos Contábeis bem como as Notas Explicativas e com base nos pareceres dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Geral.

Carazinho/RS, 28 de março de 2024

Daniel Schu - Conselheiro - CPF 006.519.260-50	Elói Francisco Soliman - Conselheiro - CPF 198.564.820-20	José Maurício de Souza Leal - Conselheiro - CPF 307.735.800-00
--	---	--

**Manifestação do Conselho de Administração**

Os membros do Conselho de Administração da Eletrocar, no uso e nos limites das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, os esclarecimentos da Diretoria Executiva, os Relatórios da Auditoria Interna, o Relatório dos Auditores Independentes, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o Parecer do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e as submetem para deliberação final dos Acionistas em Assembleia Geral da Companhia.

Carazinho/RS, 12 de abril de 2024

Ermógenes Bodanese - Presidente - CPF 525.735.919-72	Lisiane Bueno Maidana - Vice-Presidente - CPF 716.755.310-72	Leandro Garcia da Silva - Conselheiro - CPF 946.775.490-87	Jaime Luis Kiper da Rosa - Conselheiro - CPF 347.380.370-72	Marlon Augusto Allebrandt - Conselheiro - CPF 015.079.410-05	Cassiano Scheibe Vailatti - Conselheiro - CPF 650.085.290-72
--	--	--	---	--	--

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

**Aos acionistas da Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - ELETROCAR, Carazinho - RS. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - ELETROCAR que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data e demonstração dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - ELETROCAR em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros Assuntos: Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Esta

demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar

suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 22 de março de 2024



**ACS AUDITORES E CONSULTORES S/S**  
**Antônio César da Silva - Contador - Mestre em Controladoria**  
 CRC-RS 043890-O-9 - CVM AD 17.595 - Registro 12840

**Jornal do Comércio**  
O Jornal de economia e negócios do RS

**PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)  
 ✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)  
 ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338  
 📞 (51) 9 9649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC